

educação, e mais, com os bônus pés, o bônus necessitava da aprovação, dos deputados, da música e tudo mais durado pelos antigos governos, bem apesar o Vereador Jânio dos Santos tendo abordado a questão dos remédios com datas de validade vencidas em fevereiro de 2001 e informado em abril do mesmo ano pelo atual governo. Intrometendo o aparte o Dr. Adão desse que o aparteante estava faltando com a verdade. Intervindo o Dr. Horácio Sidente disse que o Vereador Jânio dos Santos havia ultrapassado o tempo regimental de Aparte. Concluindo o Vereador Amarovaldo Valério disse seu fundamental que os Vereadores ao todo eram suas cílicas e outros argumentos elevariam tal a justificativa noção da nulidade administrativa do bônus-pés. Ninguém havendo mais Dráculas inventou para o uso da tribuna, o Senhor Presidente encilhou os trabalhos para a Laudem do Dia. Nisto era hora, foi aprovado Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e encaminhado para a Comissão de Direitos e Direitos Políticos o Projeto de Lei nº 012/2001, bem como innumeráveis para a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes Projetos: Projeto de Lei nº 013, 014, 015 e 016/2001 foram aprovados os requerimentos nº 043, 045/2001 e os Indicativos nºs 153, 162, 166, 168, 169, 171 e 172/2001. Não havendo mais matérias para serem apreciadas, o Senhor Presidente encerrou a sessão dessa em nome de Deus. E, bônus constar, votou que se laçasse a presente Acta, que depõe diante de tudo, submetida a Aprimoramento, Aprovada, não essencialista para que produza seus efeitos legais.

Acta da Sessão Sexta Sessão da
dinâmica do Primeiro Período Re-
gimental da Câmara Municipal
de Rio Branco, realizada no dia
24 (vinte e quatro) de abril do
ano de 2001 (dois mil e um).

cedido deposito na casa do dia 24 (vinte e)

quatro) de abril do ano de 2001 (dia 14), sob o Presidente em
exercício do Vereador Eduardo Pará Lira e com a participação da Fuma-
na Eunápolis pelo Vereador Ricardo Fernandes da Conceição, reuniu-se o
diametralmente o Câmara Municipal de Cabo Frio. Nesse dia, respon-
deram o chamado Regimento os seguintes Vereadores: Quirílio
da Costa, Antônio Pedro de Oliveira, Altânia Gracil da Silva, Amarovaldo
no Thomaz Júnior, Antônio Carlos de Carvalho, Augusto Soárez
da Moura de Carvalho, Emanuel Mendes Ferreira da Silva, Gustavo
Antônio Guimarães Branger, Jânio dos Santos Lopes, José Eduardo
Silva de Almeida, Luís Carlos Lobo, Raulo Léon da Gama Almeida, na
fachada de rajado e Silas Rodrigues Pinto. Fazendo número Regimen-
tal, o Benho Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome
de Deus. A seguir, ao ser elevado em discussão o Ata da Sessão do
dia anterior de abril de 2001, o Benho Presidente após o cumprimen-
to de fazer indicação de Voto de Ordem do Vereador Jânio dos San-
tos Lopes, e, deferiu Voto de Ordem do Vereador Emanuel Men-
des no sentido de ser retificado o nome do Abunélio que
se definiu no seu discurso do Estado Gravá, observando ter sido
feito o desvio de Pachecinho de Pires, e não Pachecinho de
Sobreaba. Colocada em votação a Ata do Gravá do dia 19 de abril
de 2001 foi aprovada com dezoito votos contrários. A seguir, o Benho
Presidente下令 ao Benho Fumôco Venâncio a leitura do Expediente
que constava do seguinte: Ord. nº 2582/2001 - Votação militar do Estado
do Rio de Janeiro, assunto: Convocar o Presidente desta Casa para a
reunião do Conselho Comunitário de Segurança Pública, a realizar-se
no dia 22/05/01, às 9:30 horas, no Clube Esportivo Clube. Ord. nº
257/2001 - Vereada Emanuel Mendes, assunto: Que a Biblioteca
Municipal de Cabo Frio, Móvel de lei nº 018/2001 - Vereador Emanuel
Mendes renuncie, assunto: Que o fólio de Informática em Cabo Frio
número nº 044/2001 - Vereador Luís Carlos Lobo, assunto: Re-
quer a instalar o instalação de um telefone público no bairro Olíma-
nhos, 59, esquina com a rua Carlos Lopes, no bairro Jardim São
Jorge, Ord. nº 049/2001 - Vereada Emanuel Fernandes, assun-

lo. Arquivado no Governo da Estado do Rio de Janeiro e ampliado em 2007.
 Informações da 16^a Delegacia de Policia da Cidade de Rio de Janeiro, Indicação n° 164/2001 - Vereador Amaro Vilela homenageado, quando fez
 soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal e Gravata do Bonfim beneficiado
 de seu ambiente. Indicação n° 165/2001 - Vereador deputado Carlos Lobo, ex-
 vereador fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal e rebaixamento de sedutoras de
 arborização na sua Glemanha no Bairro Jardim Paraiso. Indicação
 n° 166/2001 - Vereador Eduardo Penteado, quando fez soluta ao Excmº Drº pre-
 feito Municipal e caleamento da igreja conhecida como Capela do Bel-
 arro, no bairro Guanabara. Indicação n° 167/2001 - Vereador que fechou o
 de Paraiso, quando fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal a desbotinação
 do arborizado existente na sede de manilha da Vilaconde de Paraiso
 nos trilhos entre o Bairro Adolpho Körner fizeram o seu Gover-
 nador Valadars, no Bairro Guanabara. Indicação n° 168/2001 - Vereador
 que fechado de Paraiso, quando fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal a
 nomeação de Rito do Paraiso, Leonte Oliveira, Vila do Rio e Parque
 São. Indicação n° 169/2001 - Vereador - que fechado de Paraiso, quando
 fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal iluminação pública para a sua
 Praça, no Bairro Paraiso. Indicação n° 170/2001 - Vereador que
 fez fechado, quando fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Municipal altera-
 ção de luto prudencial em 111. Vereador, Indicação n° 171/2001 - Ve-
 reador Francisco Fernandes, quando fez soluta ao Excmº Drº Prefeito Mu-
 nicipal e pavimentação dos corredores Expendentes e das instalações no
 setor Parque, que, no Bairro de Paraiso, eliminada a latura do Corredor
 de, o Gabinete diretor da Franquia a Sibyna aos diretores iniciativa.
 Como prometido fez a sua, com a Tábua o Vereador Barros,
ministros raste, abandonando inutilmente projeto de lei de sua autoria
 de feito sobre a criação do polo de informática de Rio de Janeiro, e os be-
 nhéiros de maior valor administrativo, principamente com a invasão de
 imóveis, estendendo-se em imensos e angustiantes a área de
 matarim, morando naquele se no Inquérito n° 172/2001, de sua
 autoria, indiciando ao Bando Governador do Estado, cobrando a
 arquivado da diligência de ofício de Rio de Janeiro. Repetiu a preceita

na Ordem de Detenção, de familiares de detentos, e que haviam estado no seu Gabinete juntamente com a Dra. Líbia Braga, integrante do Conselho da OAB de Cabo Frio, manifestando a apresentação em aquele próprio horário, visto não ter condições de abrigar adequadamente os que pegavam suas hincas dentro a Sede da Emopefe e Vereador fizeram dos bancos rebentes manifestou sua solidariedade ao todo de Informática, imóvel de cultura do Drátor, e também quanto ao requerimento solicitando ampliação da 126^a Deligação de Vilação de Cabo Frio, foi cumprido o mandado suas instalações, dominou que o Governo do Estado ao apresentar projeto tinha uma nova solução, relegasse a segundo plano as instalações do sistema carcerário do Estado, do Rio de Janeiro. Imediatamente ao aparte, o Vereador Emanuel Ribeiro disse que o 126^a DP, tinha duas celas medindo aproximadamente 2x2m que abrigavam 4 pessoas na cela e no momento estendendo de 11 a 15 detentos, outras 3 celas medindo 3x3m, abrigando cerca de 30 pessoas, eleturando assim a instalação da Estata Delegacia. Recuperou a igreja, Projeto de sua autoria instituindo biblioteca intitulando, buscando assim levar a cultura aos Brumos perifericos do município, e firmando contrato com o apoio de todos os Vereadores, no que encerrou sua luta. E seguiu, ocupou a tribuna o Vereador Jair dos Santos Rebentes, comunicando oficialmente a Casa que a Benfeitoria do PIB, no seu Legislativo do município, passava a ser integrado também pelos Vereadores São José Santos Rebentes e Gustavo Antônio Guimaraes Brancos ambos episódios do PDI, e que posteriormente havia união do Benfeitoria para eleição do deputado, decidindo ainda que iria apoiar a candidatura do vereador Gustavo Antônio Guimaraes Brancos. Adante, reportou-se a sessão anterior, quando o Vereador Silas Rodrigues feito ao episódio maior malício de sua carreira havia ofendido, mas, fazia fazia poucos dias que guardava, no entanto com referência ao somatório de homens São José Rebentes, diante da sua Igreja e da sua sede, sendo ministrado pelo Vereador do PIB, que havia um estímulo

para que se impõe preceito político adiante, disse que o humor pro-
 curado que homenageava a campanha eleitoral no pronunciamento
 quando é desligar-se dos amigos no culto e de todos os outros an-
 tidades partidárias, fiz, tinha consciência de que era julgado por uma
 atitude considerada imprópria, o que fazia para preservar a sua peleja.
 Lembrando devoção sua a questão do funcionalismo municipal,
 observando que ao longo de 5 anos o atual governo concedera a elas
 afinações de 5% de reajuste salarial e, em contrapartida presentava ao Se-
 cularizado com 92% de 1%. Neste quando disse que havia que fazer foi um
 compromisso com o Governo anterior do Senhor Dr. Bonfá, haja pena
 se encaminhado à Varginha, relatório das dívidas de habitação relativa às
 fadas pelo Ministro, quando daquela crise social, dispondo sobre
 venimentos aprovados a cada três meses, tornou também sobre a
 autorização ao Executivo Municipal a penalizar dívidas de 1873, originadas
 de dívidas que vinha desde o Governo anterior do Senhor Dr. José
 Antônio Poniu, passando pelo Governo de Dr. Dr. Goldanha. Tornou também
 sobre a lei que instituía o Vale Transporte, que sempre havia cumprido
 pelo Governo Dr. Bonfá e, descumprido pelo atual administrador, que
 agora só concedia o Vale Transporte aos detentores de longo estabelecimento
 do mesmo, uma categoria de Enviado, o que lhe parecia um abusivo
 e uma injustiça. Neste quando que apresentava a opinião daquele para
 anunciar, fiz, todos os convites foram devidos ao Vale Transporte.
 registrou quando como conceito dos direitores ao tempo do Governo
 Dr. Bonfá, o conceito baixo do Brasil via IBGEPE, e que tam-
 bém houve contato pelo atual Governo. Repetiu-se ao pronunciamento
 do Presidente Maurício Lacerda seu discurso anterior, relatando que o me-
 diamento imortalizado pelo atual governo, com maiores avanços e ha-
 do como origem o Governo Dr. Bonfá, disse que faz meditação
 que foram festejados ao desenho pelo Poder Legislativo de procedimento
 com validade de certo modo, no seu verão em todos os municípios
 brasileiros, chegando a tal ponto que a gente havia intitulado pelo Governo
 federal, sendo intitulado o Congresso da Ordem Básica, com os tra-
 nspor-tes edificando afinal os estados neuromânicos comentou ainda,

que realmente medicamentos com prazos vencidos havia sido ente-
rados na residência Campos Novos, e assim, indagava do líder do
Governo quanto a existência de documentação, contendo o controle
do almoço/cafado da Secretaria de Saúde, registrando a data de fa-
bricação do medicamento, data de recebimento, lote e nota fiscal
de compra, bem como que tal documento deveria ser mantido a
lata e, se possível fosse, em instância Comissão para que fosse
preservado devidamente e selado. Em aparte, o vereador Gustavo An-
tonio Guimaraes Branger disse que eventualmente em alguns
Governos do Municipio, quando os mandados expiravam, muitas
vezes desaparecia, e assim deve ter sumido ao atual Governo que
muita coisa fose durada pela administração fose Bonifácio, ou
grande assim interpretações, malícias e beliches. mencionando, fa-
lou que até mesmo um bloco de caluchas fose encontrada e que o
mesmo alimentava os alunos da rede municipal durante o primeiro
ano do segundo governo Gilmar Pentea, assim como material didático,
assim enquanto sobrou no Governo José Bonifácio, faltava no atual
Governo, principalmente medicamentos. disse em quinto do Programa
América Valéria, sendo grande o número de pessoas ligadas pa-
ra obter medicamentos, falou ainda não ter visto no Governo fose Ba-
nheiro que o bloco redinal importaria no município de São Pedro
d'Aldeia, em outubro de 2000, lote de medicamentos custados do SUS,
que eram utilizados em campanha eleitoral, fale que ganhava bala
o meio, nacional e agora faze parte de processo que tramitava na
Folha redinal e do qual obtinha cópia para levar ao conhecimento
do vereador. Comentou a reportagem sobre o bala ocorrido naquela da-
ta na Rádio Liberal, reunindo políticos da região e o Empresário
do Transporte Edilson, manifestando sua surpresa pelo fato de não
ter recebido ainda o parecer ao projeto de lei de sua autoria nº 20/2000
que tratava da instalação de estacionamentos nos ônibus e
aindo que o representante da Folha durante o entrevista disse
que o Estado tinha chance de ser multado por irregularidade, colocan-
do detalhes que ele como autor, descrevia, citando o Empresário

que a matéria era Inconstitucional porque havia que se de inovação do Decreto Municipal. Disse que aprovava o projeto para registrarem o processo encontrava-se há mais de quarenta dias na Comissão de Constituição e Justiça e assim, votaria que o mesmo fosse colocado em voto de acordo com o Regimento Interno, para ser votado ou aprovado, assim, também ter o oportunidade de conhecê-lo e votar o que o Comitê já conhecia, que o Dráda como autor ainda não. Adriano disse, que sua preocupação é justamente do seu autor quando à acessibilidade de de pessoas portadoras de deficiência física, ou mobilidade de reduzida durante a utilização de barreiras e obstáculos que podem impedi-las de ir ao trabalho, garantindo a segurança e o alcance social da matéria, e ainda elogiou iniciativa do Governo do Estado que nas obras realizadas no fundo da Estrada adotava sempre parâmetros de acessibilidade de deficientes físicos. Que aplaudiu também iniciativa do Prefeitura de Rio Branco que tinha o mesmo procedimento na Rua da Praia do Norte, acentuando o empenho de todos no sentido de que o município fosse dotado de bairros que democratizassem o livre acesso das diferentes faixas. Sendo sobre o projeto de Transporte Coletivo, falou sobre de alterações do direito da Empresa ao final da reunião, no dia 11 de abril próximo passado, onde falou que havia espaço para regulamentação de cobradores, regulada pela lei, o mesmo dia depois que o faleceu, sendo necessário maior esclarecimento no direcionamento de um anúncio que era do intuito maior da legislação no que incorreu ao falecer. Como último Dráda imunizou, outorga a outorga a Vereadora Anaury Leiva Thomas, denunciando a a presidente, elogiou a oportunidade com que o polo se juntou nessa sua finalização. Adriano falou que a "lata-nha" foi direcionada para ampliar os recursos do decreto das autoridades de operação, principalmente quando vierem todos os recursos como o da imunidade dos membros com prazo a imunizar que é um conhecido de todo a imprensa e que essa imunizaram o presidente malgrado do Governo foi banalizado. Durante, em outubro de 2010 de Vereador Adriano Belanger, disse que na Administração de Dr. Dráda

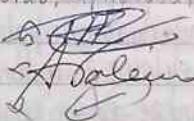
G

leir José Sant'Anna a cidade, lha negligenciada a um nível abandono. Disse, que o atual governo vinha se empenhando para resgatar a cidadania e a dignidade do cidadão paulistano que padecera sob a maldade do seu antecessor. Adante, afirmou que a LRF vinha moralizar e combater abusos, acomodizando, dispondo para que a gestão da força pública fosse facultada pela disponibilidade que era exigida daquela que era uma obra muito populosa. Proseguindo, falou sobre o Parque Biológico de Domitório das Gerais, os manguezais do Canal do Itapuru, para a qual denunciou que os trabalhos de dragagem do Canal estavam afetando o Parque Biológico, na medida em que a areia retirada do Canal estava sendo escoada no manguezal, assim lambada pelo bairro. Argumentou também que as obras de desassoreamento do canal, realizadas através de gastos dos diversos municípios da região banhados pela Lagoa de Graciosa, não poderiam de forma alguma serem realizados de forma a prejudicar o ecossistema, sendo necessário que o Governo do Estado que aplicaria a autorização da dragagem, protegesse de forma a que a dragagem não evocasse outros problemas. Repetiu matéria de canal. Nesse, naquela data, onde o falecimento de forma a chamar a atenção das autoridades e opinião pública, vindo oportunamente sobre indicação de sua autoria dispondo sobre a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, organizando e mobilizar moradores que invitaram entre outros, o desobedecimento ao ultimato manguezal de água salgada da região no caso o Domitório das Gerais, no que incorreu sua fala quando decidiu o prisão dos pessoas que prestavam sempre as servos da Romana. Não havendo mais ônibus inscritos para o uso da Transurbana, o bairro residente conduziu os trabalhos para a Ordem do Rio. Nesta etapa, foram apresentados os seguintes materiais: foram encaminhados para a Comissão de Constituição e Justiça os seguintes projetos: Início de Ju n° 017/2001 e 018/2001. Foi aberto os ne-
cunhamento n°. 064 e 069/2001 e os Indicativos n° 162, 170, 173, 174, 177, 178 e 179/2001. Foi intitulado a pedido do autor a Indicação n° 175/2001, suministrado a Ordem do Rio, e bairro residente franquiou a tribuna.

na hora o Expediente Fiscal. Deixou o Tribunal em Deficiência Fiscal e Somada Gostava Gravão Financeiro, que resultante comentou que na sede Legislativa sabia discernir perfeitamente o que na o adversário político, condizia que via no Neste Líder do Governo, Somada Gomes Valério, a linda rezalhar que não colocava nenhuma argumentação maliciosa quanto ao processo político, e mais, que opinava horas constituições que mostravam as Administrações do Antônio Pires, inclusive a do Melo e São Galdanha acertura com os salários servicos do atual Líder do Governo Municipal restando-se ao Governo José Bonifácio, disse que durante os dois períodos de Governo, durando uma obra para a edificação, estando a Sede da Escola de Música, lado de Bom Jardim, nomeado a duplicação da ponte Silviano Soárez, a estrada Pedro Frey x Jardim Esperança, estrada Pedro Frey x Parque, duplicação da Avenida Presidente Dutra, a duplicação da Avenida do Rio, duplicação da Avenida do Contorno, construção de 4 CIEPs, Hospital São José Operário e tantas outras obras que separam em muito o tempo experimental das Deficiências Fiscais, morigerado dizer que um Governo que tinha 94% de oposição popular, indica que nem deus conseguiu alcançar, no que pedia desculpa a Deus, não devendo se preocupar com "anomalias", a não ser o deus local detentor da unidade ou milho da unanimidade popular. Adianta, disse que a concessão do atual Governo era financeira, ao contrário do Governo José Bonifácio, que ao encerrar seu Governo em 1996 deixou no ano edital de dez milhões de reais, quando que aquela via nenhuma minimamente pelo atual Governo, entre outras obras que passaram a ser elaboradas para os Municípios em época atuante, estando no caso o Fundef que devia ao Município dez milhões de reais no ano. Consta que o último orçamento do Governo José Bonifácio fez de ordem de quinze e seis milhões de reais e 1996, e que o projeto orçamentário para o biênio de 2001 alcançou mais de trinta milhões de reais, enfatizando que fez menos de 100 milhares de reais superadas pelos governos estadual e federal. Diz o reper que a Deligação Legal noinha Constituição para o ano em curso, mas, que o Governo do Estado garantiu em transcrição a obra da hidroelétrica em abrigo a provun-

varunk antuua do Vereador Emanuel Fernandes, no que incera seu
fala afirmando que operava o Vereada fénio ibnes para lider do
PSB na Cúpula. Em seguida, ouviu a tribuna em Explicação Pessoal
o Vereador Paulo Díaz da Silva, qui inicialmente esclareceu que não
era proprietário de estabelecimento hospitalar ou qualquer tipo de UTI, e
ainda qui na sua atividade profissional não indicava instituições
para estabelecimento médico. Sobre o fundamental qui o Governo in-
vestisse nos equipamentos hospitalares qui eram essenciais para a
saúde Pública, bolivian provindio o fisco, no sentido de que após a
leitura da ultima matéria constante da pauta, fosse comunicado ao
Governo os detalhes inseridos, e assim, equívocos seriam evitados. Adem-
ais, parabenizou os Vereadores Gustavo Antônio Guimaraes Beranger e Jú-
nior dos Santos ibnes pela placa dos mesmos ao PSB de Cacoal,
tendo enfatizado qui o Senhor Beto Isoguina integrante dos mais antigos
do Partido, estava muito voltado. Dirigindo-se ao Lider do Governo ra-
lumara, disse que sentiu discriminado ao observar que os Vereado-
res da oposicão colocaram seus relatos com relação a administração
um bom vez, revelando fato qui num de domínio publico, assim,
ao dirigir estes aos dois Vereadores da oposicão, constatou qui a
opinião publica não admira qui operas dos Vereadores tinham equi-
librio aparente, tal o consternio do Lider em rebater falso coloca-
dos por los Vereadores. Disse que diante de tal realidade sentia-se co-
mo um Verdade sim coninuo, no que encerra sua fala, e seguir-
ouviu a tribuna em Explicação Pessoal o Vereador bilos Rodriguez Ro-
bo, afirmando que operar dos diariquinhas com o Vereador Fábio
dos Santos ibnes, o senhor Jesus sempre mostrava um ele-
ma de paz e fraternidade. Disse qui em nubum momento busca-
ra abraçar o Grupo Católico, e qui seu objetivo era apenas trazer ac-
governo Municipal, o imbranço de qui o povo Evangelico também
muitos se entimbrado com verbos de grande polig. lidante, co-
municou ter participado de grande concorrente com Pastores Evangeli-
cos quando fose entendido qui o Romaniadade dessevo ter um Se-
lorio Bradual em cada ruíua e qui visto a candidatura de Ibaráuo

Ponha, não autorize tal comitê, mas edevo-se como falante a Câm-
ara Federal em Brasília, quando se assim visse que na sua opinião pú-
blica não poderia dizer de animalizar embrião e seu berço de homem humil-
de, mas que falasse a vida política. Por que não autorizar tal comi-
tê, fárias e que o clumbando chance de dizer a verdade e a disposi-
ção para tal ministro, no que ministro não fala nada mais havendo se
haver, o Senhor Presidente encarou a presente sessão em nome de Deus,
para cometer mandou que se levasse a presente lista, que depois de
esta submetida a aprovação Ministro, aprovada, não autorizado para que
produza suas duas regras.


José Góes

Acta da Décima Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legis-
lativo da Câmara Municipal de Rio Branco, realizada no dia 26
(vinte e seis) de abril do ano de
2001 (dois mil e um)

As dezoito horas do dia vinte e
seis de abril do ano de dois mil e um, sob a Presidência em exerci-
cio do Senador Eduardo Góes Lelys e com a participação da comunidade
Gordelha pelo Senador Luciano Fernandes da Fonseca, reuniu-se Ordin-
ariamente a Câmara Municipal de Rio Branco, dezenove responde-
ram a chamada regimental os seguintes Senadores: Rito Dessa
de Figueiredo, Allan Graça do Silva, Amaury Valério Themaz Ju-
nior, Antônio Antônio de Carvalho Brandão, Augusto Salvador Oliveira
de Carvalho, Emanuel Esteite do Silva, Estevão Antônio Guimarães Ca-
raça, Jânio dos Santos Mendes, José Eduardo Silveira Almeida, Luis
Carlos Lobo, Paulo Lixot da Costa Almeida, que abastado de Garcia
e Elias Rodrigues Bento. Fazendo numero regimental, o Senhor presidente
fez em exercício de funções aberta o presente sessão em nome de Deus e re-
gistrhou a seguir a presenças do presidente do IBAGCAE Dr. Fernando e